



ISSN 1984-5634

ARTIGO

**A VIOLÊNCIA POLÍTICA COLONIAL
NA ÁFRICA: UM DIÁLOGO ENTRE
MAHMOOD MAMDANI E FRANTZ FANON¹**

*COLONIAL POLITICAL VIOLENCE IN AFRICA:
a dialogue between Mahmood Mamdani and Frantz Fanon*

PAULO ANÓS TÉ²

RESUMO:

O trabalho visa analisar a violência colonial no pensamento de Mamdani e Fanon, relacionando com o discurso civilizatório ocidental. A bestialidade é levada à casa, ao cérebro e ao corpo colonizado que, infelizmente, deixa sequelas “indelévels”. Após um processo de deslocamento das subjetividades, uma vez abandonada a sua assimilação, a libertação do colonizado precisa ser materializada através da revolução. Tanto para Mamdani quanto para Fanon, a violência colonial foi efetivada no plano anátomo-fisiológico, psicológico, cultural, econômico e político, tendo o racismo como um instrumento nuclear na construção do complexo de inferioridade para os colonizados e de superioridade para os colonizadores. A violência colonial resultou na tentativa de destruição dos sistemas econômicos, políticos e socioculturais que os africanos deram provas antes da colonização. Contudo, as mundividências africanas continuam a transmitir os seus valores humanísticos. Portanto, para sua abolição, a recusa da “máscara branca” é e será o prelúdio para a construção da consciência de si e do outro.

PALAVRAS-CHAVE: África; violência colonial; Mamdani/Fanon.

ABSTRACT:

The paper aims to analyze colonial violence in the thought of Mamdani and Fanon, relating it to the Western civilizing discourse. Bestiality is taken to the home, to the brain and to the colonized body which, unfortunately, leaves “indelible” sequels. After a process of displacement of subjectivities, once abandoned its assimilation, the liberation of the colonized needs to be materialized through revolution. For both Mamdani and Fanon, colonial violence was effected at the anatomical-physiological, psychological, cultural, economic, and political levels, with racism as a core instrument in the construction of the inferiority complex for the colonized and the superiority for the colonizers. Colonial violence resulted in the attempted destruction of the economic, political, and sociocultural systems that Africans had demonstrated prior to colonization. However, African worldviews continue to transmit their humanistic values. Therefore, for their abolition, the refusal of the “white mask” is and will be the prelude to building awareness of self and other.

KEYWORDS: Africa; colonial violence; Mamdani/Fanon.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 01.11.2021

ACEITO: 16.12.2021

COMO CITAR:

Té, P. A. A violência política colonial na África: um diálogo entre Mahmood Mamdani e Frantz Fanon. *Aedos*, v. 14, n. 31, p. 45-60, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O autor agradece à CAPES, pelo apoio financeiro recebido, ao Có e aos dois pareceristas anônimos da *Revista Aedos* pelos comentários e sugestões para a formatação final do artigo.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPEL). Bolsista CAPES. Contato: pauloanoste0@gmail.com

O trabalho visa analisar a violência política colonial na África, articulando-a com os pensamentos de Mamdani e Fanon. Os seus estimulam minhas reflexões e servem de lentes para a leitura dos outros autores que aparecem no texto como, por exemplo, Césaire (1977), Balandier (2014), Henriques (2014), Memmi (2017), entre outros. A violência está relacionada ao discurso civilizatório ocidental e ela marcou (e ainda marca) social e politicamente as sociedades africanas. Vários acontecimentos deixaram marcas no continente africano; dentre eles, estão a violência política, econômica, física e simbólica – para mencionar algumas (FANON, 1968, 1980, 2008; MAMDANI, 2016, 2017).

O termo “violência” é muito polêmico e apresenta várias interpretações. Não há consenso entre os teóricos sobre o assunto. Compreendendo a complexidade do conceito, não é do interesse deste trabalho buscar esgotá-lo, mas abrir as possibilidades para os debates com outros prismas analíticos e interpretativos. Um dos pressupostos que permite a sua funcionalidade é a coerção. Para Mbembe (2001), a violência política e a extorsão se intensificaram durante a segunda metade do século XIX. Nesse século, a violência teve certas roupagens mais violentas do que em outros. O século XX foi marcado pelas duas grandes guerras mundiais, a divisão do continente africano, as revoluções e contrarrevoluções, as ocupações efetivas dos territórios africanos e o surgimento dos movimentos nacionalistas na região. As revoluções e/ou contraviolências³ pacíficas e armadas marcaram o processo de libertação dos países africanos. Sem elas, talvez, penso eu, os países africanos não teriam alcançado as suas independências.

A violência política engloba um repertório heterogêneo de ações destinadas a infligir ou provocar danos físicos, psicológicos e simbólicos aos indivíduos, comunidades e/ou bens com a intenção de influenciar e de impor uma vontade. É utilizada por atores de todo espectro político ou ideológico e inclui as ações como: as agressões corporais, a desumanização, a plantação de dispositivos explosivos, ataques com tiros, raptos, tomada de reféns e apreensão de bens materiais, aviões ou navios, assassinatos brutais de alto nível de líderes ou civis, repressão pública e dentre outras ações (BOSI; MALTHANER, 2015).

Pouco importava ao colonizador o que o colonizado verdadeiramente é. O colonizador se preocupa em fazê-lo sofrer. Esta atitude resulta em uma série de negações: não é isto, não é aquilo. Assim, os colonizados jamais são considerados positivamente, sendo atribuídos uma “categorização plural” e alcunhados como “eles são isto... Eles são todos iguais” (MEMMI, 2007, p.123). Essa relação se manifestava nos comportamentos do binário colonizador/colonizado – racismo, desprezo, comportamentos homicidas, agressividade (MBEMBE, 2018b), ou seja – condutas que Fanon cognominou de “política de ódio” ou “ódio racista dos brancos” (FANON, 1968, p.203).

O colonialismo considera a agressão como uma ação política fundamental para atender às suas demandas políticas, econômicas e geopolíticas. A partir de tais fundamentos de violência, o colonialismo tornou-se como um efeito histórico e, portanto, os seus dispositivos de efetivação se multiplicaram (e ainda multiplicam), adotando outras configurações violentas, criando a des-subjetividade do outro; uma violência da linguagem e do ser em todas as suas dimensões cognitivas e subjetivas. Para Mamdani (2016), os colonialistas consideravam a violência política executada na África como sendo progressista, como introduzindo uma ordem política e social no mundo.

3 Termo alcunhado por Achille Mbembe (2018, p.289b).

Os movimentos independentistas no contexto africano, que lutaram pela liberdade política dos seus territórios, empregaram a contrarrevolução como forma de perfazer a bestialidade, incessantemente, sofrida. Assim, “essa violência concreta acaba sendo o argumento para a repressão institucionalizada, fazendo com que as vítimas reais sejam novamente violentadas [pelo sistema colonial]” (ŽIŽEK, 2014, p.3). Diante disso, na perspectiva de Han (2017, p. 7):

[...] ela [violência] se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força brutal para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo, e volta a se recolher para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, de modo que surge a falsa impressão de que ela teria desaparecido.

A barbaridade reside, profundamente, na construção dos estereótipos, ou seja, das narrativas ultrajantes, pois ela é difamante, descredenciadora, degradante ou desabonante (HAN, 2017). Ela é muito fatal e inelutável no deslocamento das subjetividades e na domesticação. Com isso, criam-se as certezas incertas (falsificação dos argumentos) sobre as concepções do mundo nas realidades africanas. A África de hoje ainda não desonera dos obstáculos impostos pelo processo truculento da colonização (ANÓS TÉ, 2021, *no prelo*).

A violência política colonial perpetuada na África resultou na tentativa de destruição das sociedades africanas e da sua soberania popular. Com a forma de “legalizar” tais fundamentos, os colonialistas recorreram ao processo da desinformação para esconder as suas verdadeiras jactâncias. A postura, por sua vez, acaba por naturalizar, psicologizar as agressões como um ato natural, normal e (in)visível. Ela surge num contexto colonial e moderno, porém, não acabou só na história de progresso e/ou do desenvolvimento linear, dado que, houve também a criação das narrativas para justificar o injustificável. Por isso, para Mamdani (2016), a sensibilidade política moderna considera a violência política como sendo necessária para o progresso histórico da humanidade.

O holocausto é classificado como benevolente para as sociedades africanas, pois lá as pessoas não têm a humanidade, assim sendo, os europeus teriam a missão de humanizá-las. Nesse sentido, “em vez de compreender o Holocausto como sendo uma dica para o lado degradante e terrível da humanidade [dos prosélitos dessa teoria], este tipo de pensamento transforma o horror num ponto de interrogação em relação à própria humanidade dos seus criminosos” (MAMDANI, 2016, p.385). Houve (e ainda há) a romantização desta selvajaria, tentando localizá-la num contexto histórico como se ela não afetasse direta e indiretamente as sociedades africanas atualmente.

Os ataques, os assaltos, os estupros, a escravização dos(as) africanos(as) eram justificados como se fossem práticas desejadas pelos africanos. As terras africanas invadidas eram valorizadas e mantidas pelos invasores porque lhes davam o que queriam – uma fonte de lucro e de mais-valia – para as metrópoles, justificando o processo da escravidão como algo natural, desse modo, conforme Anós Té (2021, *no prelo*), estes processos não têm nada a ver com a natureza, como os adeptos dessas teorias nos fazem crer, pelo contrário, devido aos interesses econômicos, culturais, ideológicos e políticos dos países imperialistas e colonialistas.

Para abordar sobre o assunto e suas implicações no contexto africano colonial e pós-colonial, o trabalho está estruturado em duas partes: *a)* na primeira, aborda-se o colonialismo, a colonização e as suas implicações políticas; e, *b)* em seguida, examina-se a violência política colonial no contexto

africano e as suas novas roupagens. Os dados utilizados proveem da pesquisa bibliográfica sobre a violência política colonial, tendo como *corpus* para a compreensão do objeto proposto, os pensamentos de Mamdani, Fanon e outros autores que aparecem no texto, manuseando as ferramentas da pesquisa qualitativa, priorizando análises sociológicas e políticas focadas nas bibliografias relacionadas à temática da investigação.

COLONIALISMO E COLONIZAÇÃO – SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

É uma reflexão difícil e complexa para possibilitar numas páginas as hermenêuticas – as informações e/ou conteúdos que me auxiliam na averiguação e na transformação da pesquisa a partir da interpretação, análise e a compreensão dos dados obtidos – sobre as questões do colonialismo. O termo “colonialismo” – uma ação que visa exercer a influência no domínio político, religioso, social, epistemológico e, em particular, no domínio das mundivivências – apresenta uma série de obscuridades nas suas interpretações ideológicas ou políticas. Por isso, merece uma análise pluri, multi, trans e interdisciplinar de suas teorias e dos seus efeitos no contexto africano. Uma reflexão dessa natureza pode abrir possibilidades para as novas reflexões sobre o assunto, trazendo em debate as suas múltiplas disfunções ou mazelas.

Nos últimos anos, estudiosos(as) africanos(as) problematizaram (e ainda problematizam) os efeitos do colonialismo, os condicionalismos de produção do conhecimento em África, o deslocamento das subjetividades, imperialismo europeu, (neo)colonialismo, o cristianismo, o islamismo, o desenvolvimento, a invenção da África, as barreiras sociais, políticas e econômicas, a negação da humanidade e da racionalidade dos africanos, e entre outras reflexões (FANON, 1968, 1980, 2008; MAMDANI, 2016, 2017; MBEMBE, 2018; MEMMI, 2007; MUDIMBE, 2013).

Conforme Henriques (2014), isso tem contribuído para fomentar uma ampliação e um aprofundamento dos espaços acadêmicos e não acadêmicos de análises relativos às (re)construções do modelo de pensamento social, econômico e político, (re)demonstrando, (re)adaptando, (re)interpretando as fontes, estudando os (novos) atores, as axiologias, os conflitos, as mundivivências e as novas formas de (re)configurações de dominações que (re)estruturam as relações de poder no espaço global.

O (neo)colonialismo está mais presente hoje do que estava há muito tempo. Vários países da América, Ásia e África experimentaram os acontecimentos, particularmente, violentos em vários aspectos, dentre os quais destacam-se: “a heteronomia, o racismo, a usurpação violenta e a apropriação ilegítima também marcam o uso metafórico do “colonialismo” em polêmica política” (OSTERHAMMEL; JANSEN, 2019, p.7, *tradução autoral*). Assim, o que devemos entender por colonização, colônia, colonialismo e colonial? E como podemos lidar com as novas roupagens da neocolonização? Aqui não se pretende trazer uma reflexão dogmática sobre estes conceitos. Sobre o assunto, observa-se que há desconcordância nas abordagens dos estudiosos: sociólogos, historiadores, antropólogos, entre outros. Isso demonstra claramente a complexidade do assunto. A “colonização” refere-se a um processo de conquista e apropriação de terras, “colônia”, a um tipo especial de grupo político-social e “colonialismo” a uma relação de domínio ou senhorio” (OSTERHAMMEL; JANSEN, 2019, p. 7, *tradução autoral*). Henriques (2014, p. 46) traz definição semelhante ao afirmar que,

[...] os termos colonização (o fato de povoar com colonos, de transformar em colônia, de explorar as colônias), colonizar (estabelecer colônia, habitar como colono), e colonial (adjetivo relativo às colônias — expansão colonial, regime colonial, produtos coloniais, chapéu colonial). [...] Os termos colonialismo (sistema de expansão e dominação colonial; teorias e doutrinas coloniais e ainda, na língua portuguesa, ‘interesse, paixão das coisas coloniais’) e colonialista (relativo ao colonialismo; partidário do colonialismo; significa também na língua portuguesa, ‘aquele que se dedica a assuntos coloniais’).

Subjacente a essas categorias criadas, o colonialismo é a expansão de uma sociedade para além do seu espaço de vida tradicional. Tais processos expansionistas, ou melhor, de invasão, são processos que visavam, conforme Mudimbe (2013), a reforma das mentes nativas e a integração de histórias econômicas africanas segundo as concepções ocidentais. Essas situações ocorreram em seis formas principais: a migração total de povos e sociedades inteiras; migração em massa individual; colonização fronteiriça; colonização de províncias ultramarinos; guerras de conquista; e a colonização marítima (OSTERHAMMEL; JANSEN, 2019).⁴ Essas categorias podem ser resumidas em três aspectos: a exploração dos povos africanos; a imposição da autoridade soberana do imperialismo europeu; e o estabelecimento de uma população de colonos permanentes (COMAROFF; COMAROFF, 1997). Portanto, “a colonização foi, por vezes, uma verdadeira cirurgia social” (CHANCELÉ, 1949 *apud* BALANDIER, 2014, p.36) mal feita no continente africano.

Nesse texto o colonialismo deve ser entendido como aquele que tornou especiais: as concatenações e transações precisas de poder, as relações de dominação econômica e cultural desencadeadas em vários lugares e épocas, e processo histórico sobre os outros povos. O impacto do colonialismo pode continuar, aliás, continua a fazer-se sentir na vida quotidiana de muitas sociedades pós-coloniais africanas (COMAROFF; COMAROFF, 1997).

A colonização afetou e afeta ainda várias dimensões psíquicas, políticas e econômicas no continente africano⁵. Ela aparece como uma prova imposta a certas sociedades não ocidentais, ou como uma experiência sociológica, antropológica e histórica grosseira (BALANDIER, 2014). A sua ação requer mais do que a subordinação material de um povo. Também fornece os meios pelos quais as pessoas são entendidas como superiores e inferiores, e como elas se relacionam e se entendem. Ainda, teve o apoio da ciência que esteve ao lado da fabricação das pseudorazões para justificar certas falácias – a incapacidade dos africanos de se autogovernarem, províncias ultramarinas, a negação da humanidade do outro, a naturalização da escravidão e as truculências cometidas no continente africano. Trata-se do colonialismo e do fascismo epistemológico (FANON, 2008).

A colonização seria teste de ponte numa civilização da barbárie de onde pode, em qualquer circunstância, desencadear a negação pura de uma civilização. Não sobram dúvidas de que ela desumaniza, mesmo aqueles que se entendiam como mais civilizados; que todos os atores coloniais e as práticas de desprezar – a empresa colonial, os missionários, os pensadores a favor da invasão das terras africanas, o desprezo dos povos locais, as escolas, a criação das categorias entre os grupos – tendem, inegavelmente, a modificar todas as estruturas africanas. O colonizador na tentativa de tratar o outro como animal irracional transforma-se, ele próprio, em animal mais irracional existente (CÉSAIRE, 1977). Como tal,

4 Para aprofundar, ver: Osterhammel e Jansen (2019, p.16ss).

5 Sobre isso, ver: Mamdani (2018).

o processo da colonização foi vivenciado, pela negação do outro, na tentativa de impor as experiências europeias como protótipos, classificando-as como superiores.

Os *modus operandi* do sistema da colonização apresentam múltiplas características, entre as quais destacam-se duas que dialogam de forma interdependente: a hierarquização dos valores entre o colonizador e o colonizado e a usurpação das terras dos povos africanos. Para os colonizados, “o colonizador é um estranho, um estrangeiro, um usurpador, um dominador, mesmo se essa generalização teórica não reflete as múltiplas variáveis históricas, a diversidade dos agentes envolvidos, as estratégias de “cumplicidade” dos povos colonizados”. Outrossim pode-se situar: o plano econômico, ideológico e político (HENRIQUES, 2014, p.49).

O colonialista é um usurpador que conseguiu criar um espaço para si como também tomar o do habitante, outorgar-se espantosos privilégios em detrimento de quem de direito. Nessa condição, ele aparece, sim, como duplamente injusto: é um privilegiado e um usurpador (MEMMI, 2007). Os colonialistas são caracterizados como estrangeiros, pelas intenções e pelas possibilidades das potências coloniais individuais ou coletivas, pelas principais tendências nas terras africanas, buscando explorar os recursos/elementos da natureza e humanos.

O colonialismo procurou encerrar os autóctones em suas malhas, escravizar o cérebro colonizado em toda sua forma e em todo seu conteúdo. Ele tenta, com todos os aparatos, oprimi-lo, deformá-lo, desfigurá-lo, desafricanizá-lo e/ou aniquilá-lo. Na tentativa de desvalorização das mundipercepções africanas, ele demonstrou o seu caráter indigente e desumano. No colonialismo e no racismo, há uma crítica da alteridade, da possibilidade de tornar-se o Outro. O Outro, mas com direito inferior. O racismo nessa circunstância força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o Eu e o Outro, uma relação que é a base da vida ética. Assim, a crueldade é tida como um zelo sádico e benéfico para as sociedades colonizadas (FANON, 1968, 1980, 2008). Nesse contexto, o “racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele” (FANON, 2008, p.15).

Deve-se analisar o colonialismo como sistema de exploração econômica, social ou de dominação política, ou um modo de cosmovisão ocidentalocêntrica que se arroga como universal. Conforme Comaroff e Comaroff (1991), o colonialismo tem sido uma questão da política e da economia, dado que, foi feito por meio do exercício da governação formal e informal dos territórios que foram invadidos. Os colonialistas fluíram para além do domínio político e econômico, mas também para o terreno difuso da vida quotidiana dos autóctones. Colonizadores tentam ganhar controle sobre as práticas dos colonizados através das quais os futuros sujeitos (re)produzem as bases dos valores ocidentais. Nenhum valor ou hábito é demasiadamente neutro ou insignificante para ser implicado nessa conjuntura.

É importante dizer que o colonialismo está presente atualmente, embora reconheça-se que ele tomou outras roupagens. Conforme exemplificam Comaroff e Comaroff (1997, p.xiv, *tradução autoral*), “dentro da academia ocidental, também há quem acredite que o colonialismo é um assunto antigo”. O colonialismo sob forma do neocolonialismo é uma nova forma adaptada à nova conjuntura política em que os antigos colonizadores continuam a ditar as regras sobre os países colonizados. Isso chama-nos atenção da necessidade de discuti-lo nas suas múltiplas formas. Tudo isso, exige de nós um pensamento eclético e abrangente sobre as suas faces, espaço e o seu tempo, e do capitalismo selvagem, e/ou o sistema de mercado – o que temos aqui, então, é um relato de um passado colonial que chega

até o presente, ou seja, o colonialismo não morreu cujos legados persistem após a independência (CÉSAIRE, 1977; MAMDANI, 2017).

Podemos asseverar que qualquer um destes termos – colônia, colonização, colonial, colonialismo –, em qualquer circunstância, remete para as formas relacionais que os homens e as mulheres constroem entre si, procurando cumprir projetos, criando formas de organização inéditas, fabricando ideologias e estruturando imaginários que legitimam as ações e perduram no tempo-espaço através das relações hierarquizadas (HENRIQUES, 2014).

O colonialismo foi um processo de dominação e de invasão constante, mutante e indisciplinado numa ordem obscura e enigmática de relações não evanescentes que durou séculos. As mazelas do colonialismo continuam sendo denunciadas pelos pensadores(as) africanos(as) e não africanos(as). Estas mazelas do colonialismo europeu são agora bem reconhecidas, porém, há quem fuja desses debates, remetendo-os aos tempos remotos como se eles não tivessem efeitos atualmente no continente. Portanto, o colonialismo é um conjunto de teorias políticas, econômicas e culturais, ou seja, um conjunto de proposições que procura ditar uma visão ocidentalocêntrica sobre/no mundo.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA COLONIAL NA ÁFRICA

O conceito da política é demasiadamente amplo e incorpora múltiplas atividades de comando independente. Assim podemos falar de política monetária dos bancos, de sindicatos, educacional, de uma comunidade e assim por diante. Para Weber (2003), a política é apenas a direção ou a influência sobre a direção de uma associação política, ou seja, de um Estado; constitui o conjunto de esforços para/na participação da divisão do poder, influenciando a sua divisão, seja entre Estados, seja entre grupos num Estado ou território.

Segundo Wolin (2004, p. 4, *tradução autoral*), “uma das qualidades fundamentais do que é político e que moldou de maneira poderosa a visão de teóricos políticos sobre o assunto do qual eles tratam, é seu relacionamento com o que é ‘público’”. A violência política colonial e a colonização foram alcançadas mais pela justificação ideológica – ideologias inventadas pelos europeus colonizadores para convencer os africanos que a colonização era benevolente para os africanos – do que pela simples brutalidade das armas e bombas (EKEH, 2016).

A barbárie colonial perpetuada pelo colonialismo na África – a que podemos incluir o deslocamento das subjetividades, o complexo de inferioridade e da superioridade, o desespero, sub-humanismo e servilismo – marcou e (ainda marca) profundamente as sociedades africanas. Ela com vários dispositivos de correção e de lavagem cerebral, buscou, aliás, usou todos os dispositivos à sua disposição para colocar o africano numa posição inferior, deslocando-o para a zona do não-ser – um local frustrado e improdutivo, onde todas as brutalidades podem acontecer. Também existe a zona-do-ser – zona habitada pelos brancos onde existem políticas públicas para atender às suas demandas, uma zona não frustrada (FANON, 2008). Assim, “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona onde a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (MBEMBE, 2018a, p. 35).

Os que habitam nas localidades de não-ser deveriam ser domesticados e deslocados subjetivamente pela educação, pela igreja, pelo trabalho e pelas virtudes ocidentalocêntricas. Os efeitos da brutalidade

marcados pelas leis e ocupações efetivas dos territórios africanos, continuam a ter os seus reflexos após as independências. Aqui, estamos a falar de uma perversidade ligada ao sistema e de uma noção eurocêntrica da colonização. A partir da conferência de Berlim (1884-1885) que reuniu 14 potências do século XIX, o continente africano acabou por ser dividido política e geograficamente de forma arbitrária sem a presença dos Estados africanos. Esse evento oficializou o (neo)colonialismo, resultando na exploração econômica e política dos países africanos.

A arbitrariedade da divisão dos territórios africanos – em fatia de bolo – entre nações coloniais e seus recortes administrativos, visou fragmentar ou dividir artificialmente grupos étnicos diferentes no mesmo espaço cultural, histórico e geográfico. A conferência repartiu a África entre três, quatro ou cinco pavilhões, dependendo da força de cada império colonial (BALANDIER, 2014; CANDÉ MONTEIRO, 2019; FANON, 1968). A exemplo disso, pode-se citar a população de Ewé que foi dividida entre o Togo francês e o Togo britânico e fula entre Níger, Nigéria, Mali, Camarões, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri.

Na visão de Žižek (2014), não é só da violência moral ou física e direta, mas também das outras formas sutis de barbaridades demarcadas pela coerção que sustentam as relações hierarquizantes, de dominação e de exploração, incluindo as ameaças. No entanto, enfatizamos, explicitamente, que as suas diferentes formas estão interligadas e fazem parte de um conjunto de táticas violentas – em vez de representarem tipos discretos e mutuamente exclusivos ou independentes – e muitas vezes ocorram sucessiva ou simultaneamente durante os processos de invasões e da ocupação (BOSI; MALTHANER, 2015; MAMDANI, 2017).

Assim, é uma violência colonial das perspectivas do mundo associada à ideológica, ao racismo, à incitação ao ódio, à discriminação e ao preconceito que nega a dimensão humanística do povo africano. Nesse sentido, “a colonização, enquanto sistema de negação da dignidade humana, simboliza um imenso espaço-tempo de sofrimento, opressão, resistência e luta, aquilo que hoje é designado de Sul global” (MENESES, 2018, p.116). Na visão de Mamdani (2016, p. 392), o:

[...] colonizador e nativo podem ser retirados de discursos biológicos sobre raça, mas eles precisam ser compreendidos como sendo identidades políticas impostas por uma forma específica do estado. Se eles se tornaram politicamente poderosos, é porque seus direitos foram juridicamente exigidos por um estado que fazia uma distinção entre aqueles que eram indígenas (nativos) e aqueles que não eram (colonizadores) e transformaram isso em justificativa para a discriminação política, social e cívica.

A colonização como um sistema ideológico e político tem duas leituras antagônicas. Por um lado, nas sociedades invadidas, ela é vista como ação que visa *descivilizar* o colonizado, embrutecê-lo, ou seja, degradá-lo, despertá-lo para a cobiça, para a violência, o ódio e mostrá-lo sempre que há uma raça superior e inferior, sendo que ele pertence a última categoria (CÉSAIRE, 1977). Por outro, para os países invasores, o colonialismo se justifica e legitima por ser um ato a contribuir para expandir o projeto civilizador eurocêntrico. Esse processo resultou numa tentativa de epistemicídio das mundividências africanas e do genocídio no continente africano (MENESES, 2018).

Na visão colonial, era necessário também a escravização dos autóctones. Para isso, é preciso destruir os seus modos de referências, a expropriação, o despojamento, o assassinio e a pilhagem dos elementos naturais (FANON, 1988). Neste sentido, indaga-se: a colonização é a melhor forma de contacto com os povos africanos? Ela e a civilização são duas coisas distintas? A resposta para essas

questões parece óbvia. Assim, pode-se dizer que a distância entre as duas é infinita, pois, é impossível ter um único valor humano no mundo (CÉSAIRE, 1977).

Esperava-se e pretendia-se que os colonizados tenham uma vasta aculturação e conversão aos valores e hábitos europeus e não ao contrário. No século XIX, as impossibilidades de tais abordagens baseiam-se na existência de hierarquias “raciais” supostamente insuperáveis. Uma definição do colonialismo deve considerar a falta de adaptabilidades conceituais, metodológicas e analíticas (OSTERHAMMEL; JANSEN, 2019).

A colonização serviu à civilização ao primar as raças inferiores e superiores. A partir daí, encontrou a sua ampla manifestação no pensamento europeu do século XIX, das ciências naturais, das ciências sociais e das humanidades, e da filosofia à antropologia e à política. O imperialismo era defendido na dimensão: social, política, cultural e biológica como necessário, que, segundo as leis da natureza, levaria à destruição inevitável de raças consideradas inferiores que estavam obstaculizando o processo de desenvolvimento (MAMDANI, 2016). Assim:

O exemplo paradigmático da destruição de [supostas] raças inferiores foi a Tasmânia, uma ilha do tamanho da Irlanda, aonde os colonizadores europeus chegaram pela primeira vez em 1803, sendo que o primeiro massacre de nativos ocorreu em 1804 e o último habitante original morreu em 1869. Destinos semelhantes aguardavam os Maoris da Nova Zelândia, os índios americanos, os Hereros do sudoeste da África e assim por diante (SVEN LINDQVIST (1996 [1992] *apud* MAMDANI, 2016, p.387).

Além disso, pensadores como Quillet, Hume, Kant, Bruhl, Montesquieu, estavam empenhados num projeto de colonialismo cultural, política, econômica e epistemológica, para se sobreporem a um sentido universal, e estavam presos em lutar com as autoridades endógenas no sentido de desacreditá-las, destruí-las e, sobretudo, “moralizar” a desumanização. E ambos argumentaram que as suas ações, mesmo as mais obviamente “políticas” pelas suas próprias luzes ideológicas, eram inteiramente governadas pelos imperativos morais da missão civilizatória e as exigências éticas, ou seja, do Império do Espírito colonial (COMAROFF; COMAROFF, 1991). Estes elementos não podem ser entendidos de maneira desarticulada e não podem servir como base teórica para desagregar o colonialismo do preconceito, discriminação, racismo, xenofobia e outras formas de dominação. Uma análise que os considere de forma desarticulada pode “pecar” nas suas interpretações sobre o fenômeno.

O colonialismo usou todos os seus atores e aparatos para moldar de forma premeditada as estruturas políticas africanas existentes antes do colonialismo. Nesse sentido, todos(as) os(as) atore(as) envolvidos(as) consideram a perspectiva ideológica, econômica, cultural e política para impor as visões ocidentocêntricas em todas as sociedades africanas. Assim, procurou-se dar atenção às grandes linhas mestras de dominação cultural, política e, em particular, a suposta dependência psicológica total dos povos africanos. Essas narrativas visavam, especialmente, excluir os africanos da história da humanidade. Eles usavam os termos inapropriados para classificar as sociedades africanas – para um mundo com as suas cosmovisões próprias.

A violência política colonial presidiu ao arranjo do mundo colonial, ritmou, incansavelmente, a destruição das formas sociais, tentou arrasar por completo os sistemas de referências da economia, política e cultura, os modos da aparência e do vestuário, a linguagem, as técnicas, os valores culturais e desvalorização das modalidades de existência dos povos africanos. Assim, era necessário a escravidão

da população local. Para tal, era preciso destruir por completo os seus sistemas de referências (FANON, 1968, 1980).

No entanto, a tentativa da implementação das doutrinas coloniais não levou peremptoriamente à eliminação das mundivivências africanas. Elas continuam vivas nas sociedades atuais africanas, transmitindo os seus valores humanísticos. Embora reconheçamos que alguns desses valores foram e ainda estão sendo enfraquecidos por outros condicionantes, por exemplo, o cristianismo, o islamismo, a globalização e as relações de poder. Por exemplo, a citação a seguir de Fanon (1980, p. 39) faz a crítica do colonialismo ao apontar que

[...] a exploração, tortura, razias, racismo, liquidações coletivas, opressão racional, revezam-se a níveis diferentes para fazerem, literalmente, do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante. Esse homem objeto, sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático.

Sendo julgado como “inferior”, o oprimido tenta então escapar-se, de um lado, proclamando a sua adesão aos novos modelos culturais e, de outro, proferindo uma condenação irreversível do seu estilo cultural próprio. Sendo julgado, condenado, abandona os seus valores, a sua forma de sentir-se, de repousar, de falar e de divertir-se. Posto isto, “o oprimido, com a energia e a tenacidade do náufrago, *arremessa-se sobre a cultura imposta*” (FANON, 1980, p.43, *grifo do autor*), ou melhor, para ver a sua humanidade reconhecida, o oprimido recorre-se às “máscaras brancas” (FANON, 2008). Assim, o colonizado é obrigado, para viver, a aceitar-se, como colonizado ou ajoelhar-se diante do colonizador (MEMMI, 2007).

A brutalidade com que se afirmou a supremacia dos valores, da cultura, dos padrões da beleza, do sistema de relações étnico-raciais, da agressividade que impregnou o confronto vitorioso, parcialmente, desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa reviravolta das coisas, o colonizado ria com escárnio ante a evocação de tais valores como o protótipo (FANON, 1968).

A violência colonial perpetuada no continente africano era uma violência empírica e fenomênica. Ela restringia a vida cotidiana do povo colonizado a um modo de vida reticular e molecular para controlar as condições respiratórias dos indivíduos e se filtrou até nas línguas. Feito de linhas e de nós, o complot era decerto físico e simbólico – a proibição das línguas locais, os arames farpados do longo período dos centros de internação e dos campos de reagrupamento durante a contra insurreição. Mas procedia também conforme um sistema de fios cruzados, ao longo de uma linha de visada espacial e topológica, incluindo não apenas as superfícies (horizontalidade), mas, também as profundidades (verticalidade) que separa a díade colonizador/colonizado (FANON, 1968; MAMDANI, 2017; MBEMBE, 2018b). No plano político, a violência:

[...] se manifesta através da organização de uma panóplia de instrumentos administrativos, legislativos, judiciais indispensáveis à dominação do território e das populações, e que pretende também sublinhar o poder do colonizador, a sua hegemonia, como um objetivo autónomo, sendo a dominação dos espaços colonizados a prova/consequência e não a causa, da força da nação colonizadora (HENRIQUES, 2014, p. 49).

A África foi a vítima do maior holocausto que o mundo já presenciou na sua história, marcado pela escravidão e pelo mercantilismo europeu. O primeiro genocídio no continente africano no século XX foi a aniquilação pelos alemães do povo Herero no sudoeste da África (MAMDANI, 2016). Como os judeus têm vidas que “importam”, então, o governo alemão foi obrigado a pagar a indenização aos cônjuges de sobreviventes do holocausto. Isso seria um compromisso da Alemanha pagar ao Estado judeu (ANÓS TÉ, 2021, *no prelo*) as somas que devem servir de compensação aos crimes nazistas (FANON, 1968).⁶

Para Césaire (1977, 18), os europeus não conseguiram e não conseguem ainda perdoar as práticas do Hitler pelo fato de “ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os ‘coolies’ da Índia e os negros da África estavam subordinados”. A pergunta que se pode colocar é: por que os europeus não conseguem perdoar Hitler, mas conseguem, até certo ponto, vangloriar os que cometeram maiores atrocidades contra os africanos? Talvez sim, talvez não, mas a resposta certa, ou o que me parece certa para essa questão, é que “o holocausto foi o feitiço imperialista que se voltou contra o feiticeiro” europeu, ou melhor, contra os colonialistas (MAMDANI, 2016, p.389).

Fanon foi reconhecido ao nível do continente africano e da diáspora africana como um profeta e aquele que denunciou, incessantemente, o colonialismo nas suas múltiplas facetas. Ele é entendido como o expoente (máximo) da descolonização na África ao afirmar que o colonizado só se pode libertar da violência, usando-a (FANON, 1968). A revolta é a única saída para a situação colonial. A situação colonial chamava a violência (MEMMI, 2007). Nesse sentido, em primeiro lugar, ela era fundamental para (re)produzir e sustentar o relacionamento hierárquico entre o colonizador e o nativo. Em segundo lugar, tratava-se de uma afirmação de que ela não era uma expressão irracional, mas pertencia ao roteiro de modernidade e progresso, de que ela era realmente uma parteira da brutalidade contra os africanos (MAMDANI, 2016).

A violência política é a decisão de adotar meios violentos não isoladamente, mas como sendo influenciada pelo facto dos grupos estarem inseridos em redes complexas de relações contingentes e interações estratégicas entre uma variedade de atores que contradizem – incluindo agentes estatais, grupos rivais, ou contra-movimentos, por exemplo, os movimentos nacionalistas – todos os quais moldam a evolução do conflito à medida que estão ligados aos equilíbrios de poder assimétrico ou às relações dissemelhantes (BOSI; MALTHANER, 2015).

Nos relatos de Fanon, o nativo é visto como criminoso, que mata não apenas para eliminar o outro, no entanto, para defender a sua humanidade que foi negada, intencionalmente, e, sobretudo, defender as suas mundividências. Quando é assim, as teorias predominantes na altura dizem: os negros matam frequentemente; matam com selvageria, matam por uma coisa do nada e não conseguem pensar nos valores humanos (FANON, 1968). Para mais,

⁶ É verdade que a Alemanha não reparou integralmente os crimes de guerra. As indenizações impostas à nação vencida não foram reclamadas na totalidade porque as nações prejudicadas incluíram a Alemanha em seu sistema defensivo, anticomunista. É essa preocupação permanente que anima os países colonialistas quando tentam obter de suas antigas colônias, já que não podem inseri-las no sistema colonial, bases militares e enclaves. Eles decidiram por unanimidade esquecer as próprias reivindicações em nome da estratégia da OTAN, em nome do mundo livre. E vimos a Alemanha receber vagas sucessivas de dólares e máquinas. Uma Alemanha reerguida, forte e poderosa era uma necessidade para o campo ocidental. O interesse bem compreendido da chamada Europa livre queria uma Alemanha próspera, reconstruída e capaz de servir de primeiro obstáculo às eventuais hordas vermelhas. A Alemanha aproveitou maravilhosamente a crise europeia. Por isso, os Estados Unidos e os Estados europeus experimentam legítima amargura diante dessa Alemanha, ontem ajoelhada, que lhes move hoje no mercado econômico uma concorrência implacável (FANON, 1968, p. 80s).

O norte-africano é um criminoso, seu instinto predatório é conhecido, sua agressividade maciça facilmente perceptível. O norte-africano gosta dos extremos; por isso não se pode confiar integralmente nele. Hoje o maior amigo, amanhã o maior inimigo. Impermeável às nuances, o cartesianismo lhe é fundamentalmente estranho, o senso do equilíbrio, da ponderação, da medida contraria suas disposições mais íntimas. O norte-africano é um violento, hereditariamente violento, há nele uma impossibilidade de se disciplinar, de canalizar seus impulsos (FANON, 1968, p. 257).

A impulsividade criminal ao africano e não ao colonialista é uma transcrição da responsabilidade na ordem do comportamento de um certo argumento e/ou arranjo do sistema nervoso. Os colonialistas desde os prelúdios da invasão das terras africanas usaram a violência e mataram homens e mulheres africanos. Podemos afirmar com toda justeza que essa leitura desviou a atenção das crueldades individuais do comportamento coletivo dos invasores, ou das suas implicações profundas do conflito político, social, ambiental em que nasceram as ações violentas que moldaram as relações entre os autóctones. Para Mbembe (2018), a morte está presente nessas relações, a sua presença define o mundo colonial violento, porém, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada. A malevolência torna-se uma etiqueta normal, como dar chicotadas ou tirar a vida do escravizado para construir o terror.

Mamdani (2016) salienta que na visão colonial, o nativo que adota a violência para garantir a sua liberdade é a vítima que se torna criminoso. Sobre isso, podemos dizer ser uma reação psicológica e neurologicamente cognoscível, inscrita na natureza das coisas, da coisa social, cultural e biologicamente organizada. A não responsabilização dos colonos pelas atrocidades, na dinâmica cerebral dos que atribuem a selvageria aos africanos, explica com pressupostos contundentes os crimes, os roubos, as injustiças e a mentira (FANON, 1968).

A esses seres pensadores, dizemo-los que expliquem a brutalidade colonial e que não obedeçam cegamente às interpretações anacrônicas. Antes usavam os termos como disciplinar, dominar, civilizar, e assim por diante e, hoje, usam, por exemplo, pacificar, ajudar ou cooperar. É preciso estarmos atentos(as) para olhar os discursos sombrios por trás destas palavras. Não existem palavras perdidas, sem as intenções que as construam, como não há biologicamente pai ou mãe sem o(a) filho(a). Devemos procurar entender as informações enunciadas nestas palavras para além das palavras. Compreender as atitudes desses colonialistas, estar-nos-emos na altura de desmascarar os seus discursos que ainda escondem ações colonialistas.

A violência política colonial na África pode ser distinguida em dois moldes, ou seja, em duas formas distintas de governo: o estabelecimento de uma administração direta e indireta. Politicamente, podemos distingui-la de seguinte maneira:

[...] por um lado, seu projeto civilizatório tendia a dividir a sociedade entre uma minoria estrangeira alegando que era civilizada e uma maioria nativa estigmatizada como sendo retrógrada. Por outro lado, os produtos deste projeto civilizatório – intelectuais e empreendedores nativos – desejavam substituir o governo estrangeiro pelo governo próprio como base de uma modernidade nativa. A demanda pelo governo próprio foi a crise do governo direto. [Enquanto] o governo indireto foi uma tentativa de estabilizar o governo colonial ao se afastar do governo direto que criou um contexto volátil em que a identidade tanto dos governos quanto dos governados foi racializada, mas aqueles como minoria e estes como maioria. O governo indireto fez isto através de um projeto jurídico que dividiu a identidade singular, racializada e majoritária, nativa, em várias identidades plurais, etnicizadas minoritárias – chamadas de tribos (MAMDANI, 2016, p. 393s).

Na base desse pressuposto, foram criadas as leis onde os colonizados e os colonos eram obrigados a terem os objetivos e os modos de vida em comum. Com isso, foram importadas as leis alienígenas para o continente, obrigando todos e todas a serem governados por uma única lei – o direito civil europeu com viés ocidentalocêntrica. Essa postura deve ser entendida como ato político, pois foi criada politicamente e imposto aos nativos. Mamdani (2017), nos ajuda a entender as raízes históricas do que está acontecendo na África, argumentando que os problemas que a África enfrenta – como a cidadania, democratização, conflito civil, divisões étnicas e pobreza – têm as suas raízes no legado colonial.

Exemplo disso, o colonialismo belga inventou as hierarquias entre os hutu e tutsi. Esses dois passaram a se identificar como dois grupos, um classificado como nativo e outro como estrangeiro. Com o colonialismo, os hutus tornaram-se nativos e os tutsis estrangeiros. À medida que as autoridades belgas passaram a emitir cartões de identidade para hutus e tutsis, os tutsis tornaram-se isolados dos hutus. Jurídica, biológica e politicamente, os dois grupos passaram a ser definidos como diferentes. Assim, “o colonialismo é a gênese da violência entre os hutus e os tutsis em Ruanda. [...] O mundo do rato e do gato é o mundo político dos hutus e dos tutsis produzido pelo colonialismo [...]” (MAMDANI, 2016, p.407s).

No continente africano, a divisão não se limitava apenas ao setor administrativo, mas sim abrangia toda a configuração social do país que estava social, cultural e politicamente hierarquizada e, sobretudo, dividida em civilizados, não civilizados, assimilados e “indígenas” ou gentios, distribuídos entre brancos, pretos e mestiços (CANDÉ MONTEIRO, 2019).

Sobre isso, pode-se questionar: quais foram as ideologias que os colonizadores invocaram para legitimar seu domínio da África? As ideologias eram ligadas ao dito atraso do passado africano e que os africanos deveriam envergonhar-se do seu passado; inexistências das contribuições dos africanos para a construção da África – o objetivo era rebaixar as contribuições africanas nas construções das nações africanas e da humanidade em geral; rixas entre tribos – distorção da vida política na África pré-colonial. A justificativa era que as tribos lutavam entre si; benefícios do domínio colonial europeu – que a colonização trouxe benefícios para as colônias na África; e os nativos *versus* ocidentalizados – africanos sem nenhuma educação ocidental e africanos ocidentalizados (BALANDIER, 2014; EKEH, 2016).

A violência política colonial era, por fim, que Mbembe (2018b) chama “fenomênica”. Nessa ótica, ela afeta os diferentes domínios sensoriais e psíquicos do colonizado. Era uma fonte de distúrbios mentais difíceis de tratar e de curar. Excluía qualquer dialética do reconhecimento e era indiferente a qualquer a desumanização ao africano. Portanto, a crise atual que os Estados africanos enfrentam para proporcionar um desenvolvimento inclusivo tem as suas raízes no passado colonial. A herança dos modelos europeus está no epicentro dos problemas atuais da África. Apesar disso, não se pode atribuir esses problemas, exclusivamente, ao colonialismo. Alguns africanos têm contribuído para o efeito.

CONCLUSÃO

Por sermos fruto de uma educação ocidentalocêntrica, as nossas cosmoperspectivas nem sempre nos proporcionaram o espírito crítico e autocrítico sobre a nossa condição humana. O colonialismo moldou e interferiu de forma significativa no nosso campo intelectual, político e econômico. O espírito da colonização e do colonialismo – sobretudo, o seu caráter animalesco – provocou a criação dos

movimentos emancipatórios no continente africano para perfazer o colonialismo no prelúdio dos anos 1950. Nessa conjuntura, outros países conseguiram as independências por via pacífica e outros por via armada.

A violência política – como uma ideologia – induziu e encorajou séries de trabalhos sobre os seus efeitos social, psicológico e político como positivos. Ela é perpetuada ao cérebro do colonizado, deixando marcas “inapagáveis”. Para se desfazer disso, os colonizados recorreram também à “contraviolência” como antídoto para se libertar do jugo colonial. Ela foi efetuada no plano físico, social, cultural e anátomo-fisiológico, resultando na tentativa da desafricanização dos autóctones. Mamdani e Fanon apontam nas suas críticas que a civilização ocidental “desterritorializou” os africanos, que, seguidamente, se viram enclausurados aos valores ocidentais. Os dois autores denunciam a violência, enunciam e pronunciam as alternativas para combatê-la.

Através da Fenomenologia existencialista – forma da investigação que explora o problema da existência humana focado nos estudos das mundivivências dos indivíduos –, Fanon demonstrou como a colonização criou (ou tentou fazer) o deslocamento das subjetividades africanas. É um autor conhecido e lido no Brasil e, atualmente, alguns escritores(as) no Brasil e no mundo afora têm analisado as suas obras. Mamdani é um autor que está a denunciar os efeitos do colonialismo na África, afirmando que esse deslocou violentamente as formas tradicionais de descrição da(s) vida(s) política(s) no continente africano sob o protótipo ocidental. Os pensamentos dos dois autores impactaram (e ainda impactam) direta ou indiretamente no pensamento dos outros autores citados, por isso, merecem ser lidos.

A violência política colonial foi perpetuada para alcançar os objetivos políticos e econômicos dos países imperialistas. É uma ação utilizada pelos colonialistas contra os nativos africanos, incluindo guerras, a brutalidade policial, genocídio e outras práticas que visavam eliminá-los física ou moralmente. Ela tornou-se traumática, e criou traumas psicológicos – devido às sequelas deixadas – pois criou uma sensação de sofrimento permanente. Ela também pode ser usada na libertação para o renascimento nacional e restituição da dignidade ao povo, conforme Fanon (1968). Com isso, o colonizado foi obrigado a usar a contra-violência para ver a sua humanidade reconhecida. É uma situação na qual os colonizados percebem a injustiça e a falta de poder para decidir sobre os seus destinos e direitos. Assim, cria-se um espírito de autodefesa que conduziu às independências dos países africanos.

Para curarmos as feridas, é preciso a mudança de mentalidade e que a alienação acabe peremptoriamente. Há que haver um dia a eliminação do (neo)colonialismo e as suas novas roupagens. Para isso, deve haver uma revolta ou uma revolução – revolução política, social, e, em particular, acadêmica e de produção de conhecimento no continente – para perfazer os efeitos coloniais. A libertação cultural e intelectual é necessária para que o continente possa alavancar o seu processo de desenvolvimento, auto-identificação e autonomia, compreendendo as armadilhas e as relações de poder que se configuraram durante o colonialismo (e ainda configuram) as novas relações do neocolonialismo e da globalização. Por isso, não se pode fechar o debate, mas sim, abrir as possibilidades do encruzo das epistemologias e, concomitantemente, adotar uma postura da vigilância epistêmica.

REFERÊNCIAS

- ANÓS TÉ, Paulo. *Certezas incertas: a África diante do fantasma ocidentalocêntrico*. – São Paulo: Fontenelle, 2021. No prelo.
- BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. Tradução de Bruno Anselmi Matangrano. *Cadernos Ceru*, v. 25, n. 1, p. 33-58, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/31g8r3B>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BOSI, Lorenzo; MALTHANER, Stefan. Political violence. *The Oxford handbook of social movements*, p.508-523, 2015.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)*. Editora Appris, 2019.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Noêmia de Sousa. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1977.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Of revelation and revolution: Christianity, colonialism and consciousness in South Africa*. Chicago: The University of Chicago Press. v. 1. 1991.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Of revelation and revolution: the dialectics of modernity on a South African frontier*. Chicago: The University of Chicago Press. v. 2.1997.
- EKEH, Peter P. O colonialismo e os dois públicos na África: uma declaração teórica com um epílogo. In: LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (Orgs.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 419- 478.
- FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Tradução de Pascoal Isabel, revista pelo editor Capa de José Cândido. Portugal, 1980.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. Colônia, colonização, colonial, colonialismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 45-58.
- MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. In: LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (Orgs.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 383-417.
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton University Press, 2017.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos afro-asiáticos*, v. 23, p. 171-209, 2001. Disponível em: « <https://bit.ly/3ta1g8P> ». Acesso em: 11 out. 2021.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. n-1 edições, 2018a.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado: precedido do retrato do colonizador*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. especial, p. 115-140, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ClSBXr/>. Acesso em: 10 out. 2021.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.

OSTERHAMMEL, Jürgen; JANSEN, Jan C. *Colonialismo: historia, formas, efectos*. Siglo XXI de España Editores, 2019.

WEBER, Max. *A política como vocação*. Trad. Maurício Tragtenberg. Brasília: Editora UnB, 2003.

WOLIN, Sheldon. *Politics and Vision*. Expanded Edition. Princeton, NJ: Princeton, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.